

# Diário Oficial



DIOPRIMA - Diário Oficial de Primavera do Leste - MT • Primavera do Leste - MT, 16 de Janeiro de 2017 • Edição 1009 • Ano XI • Lei nº 946 de 21 de setembro de 2006.

## PODER EXECUTIVO

### EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE ATAS DE REGISTRO DE  
PREÇOS**

**PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 091**

**LICITAÇÃO: PREGÃO Nº 065/2016**

**FORNECEDOR(A): N. TURCATO EPP**

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de Lanches para atender as necessidades da Coordenadoria de Fiscalização, pertencente a Secretaria de Fazenda do Município de Primavera do Leste - MT.

**DATA DA VIGÊNCIA:** 15/07/2017

**JOSÉ RICARDO ALVES DE OLIVEIRA**

ANALISTA DE LICITAÇÕES

MATRÍCULA 8706

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE ATAS DE REGISTRO DE  
PREÇOS**

**PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 129**

**LICITAÇÃO: PREGÃO Nº 069/2016**

**FORNECEDORA: HERMANN & HERMANN LTDA-ME**

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em manutenção, conserto e troca de pneus em veículos vans, ônibus e maquinários, para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais do Município de Primavera do Leste - MT.

**DATA DA VIGÊNCIA:** 03/08/2017

**PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 130**

**LICITAÇÃO: PREGÃO Nº 069/2016**

**FORNECEDORA: JOÃO HENRIQUE FREITAS DAVID SILVA ME**

**OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em manutenção, conserto e troca de pneus em veículos vans, ônibus e maquinários, para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais do Município de Primavera do Leste - MT.

**DATA DA VIGÊNCIA:** 03/08/2017

**JOSÉ RICARDO ALVES DE OLIVEIRA**

ANALISTA DE LICITAÇÕES

MATRÍCULA 8706

### AVISO DE CHAMAMENTO PUBLICO

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Primavera do Leste

**AVISO DE CHAMAMENTO PUBLICO NOS TERMO DA LEI  
FEDERAL 13.019**

**Processo 015/2017 – Edital de Chamamento Público nos termos da  
Lei Federal nº 13.019 nº 001/2017**

A Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Lazer e Juventude, através da Comissão de Seleção nomeada por meio da Portaria nº 123/2017, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar chamamento público nos termos da Lei Federal 13.019, com as seguintes características:

**OBJETO:** O termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste para a execução

de oficinas/aulas de teatro para os projetos culturais/sociais do município.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 24 (vinte e quatro) meses.

**RECEBIMENTO:** 16/01/2017 à 15/02/2017.

**LOCAL:** Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, Rua Maringá, 444. Sala de Convênios.

**EDITAL E ESCLARECIMENTOS:** endereço acima, no horário das 07:00 às 13:00 horas. Fone/Fax: 0XX-66-3498-3333 ramal 210.

**RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET:** Retire o Edital acessando a página <http://www.primaveradoleste.mt.gov.br>.

Primavera do Leste, 16 de Janeiro de 2017.

**RENAN CESAR MARCOLINO NUNES**

Presidente da Comissão de Seleção nos termos da Lei Federal nº 13.019  
Portaria nº 123/2017

**JOSE RICARDO ALVES DE OLIVEIRA**

Membro da Comissão de Seleção de Chamamento Público nos termos  
da Lei Federal nº 13.019

Portaria 123/2017

**TIAGO ALEXANDRO STRASSBURGER**

Membro da Comissão de Seleção de Chamamento Público nos termos  
da Lei Federal nº 13.019

Portaria 123/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Primavera do Leste

**AVISO DE CHAMAMENTO PUBLICO NOS TERMO DA LEI  
FEDERAL 13.019**

**Processo 016/2017 – Edital de Chamamento Público nos termos da  
Lei Federal nº 13.019 nº 002/2017**

A Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Lazer e Juventude, através da Comissão de Seleção nomeada por meio da Portaria nº 123/2017, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar chamamento público nos termos da Lei Federal 13.019, com as seguintes características:

**OBJETO:** O termo de colaboração terá por objeto a concessão de apoio da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste para a execução de oficinas/aulas de dança para crianças, adolescentes, jovens e adultos de forma gratuita e descentralizada.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 24 (vinte e quatro) meses.

**RECEBIMENTO:** 16/01/2017 à 15/02/2017.

**LOCAL:** Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, Rua Maringá, 444. Sala de Convênios.

**EDITAL E ESCLARECIMENTOS:** endereço acima, no horário das 07:00 às 13:00 horas. Fone/Fax: 0XX-66-3498-3333 ramal 210.

**RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET:** Retire o Edital acessando a página <http://www.primaveradoleste.mt.gov.br>.

Primavera do Leste, 16 de Janeiro de 2017.

**RENAN CESAR MARCOLINO NUNES**

Presidente da Comissão de Seleção nos termos da Lei Federal nº 13.019  
Portaria nº 123/2017

**JOSE RICARDO ALVES DE OLIVEIRA**

Membro da Comissão de Seleção de Chamamento Público nos termos  
da Lei Federal nº 13.019

Portaria 123/2017

**TIAGO ALEXANDRO STRASSBURGER**

Membro da Comissão de Seleção de Chamamento Público nos termos  
da Lei Federal nº 13.019

Portaria 123/2017

## DECRETO Nº 1.629 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

### DECRETO Nº 1.629 DE 16 DE JANEIRO DE 2017

Regulamenta as parcerias entre o Município de Primavera do Leste-MT e as Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar, no âmbito do Município de Primavera do Leste-MT, os procedimentos previstos na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, que estabelece o Regime Jurídico entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;

**CONSIDERANDO** a previsão do § 2º do artigo 88 da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 446/2016 do Governo do Estado de Mato Grosso;

**CONSIDERANDO** a Instrução Normativa conjunta da Secretaria de Estado de Planejamento, da Secretaria de Estado de Fazenda e a Controladoria Geral do Estado de Mato Grosso nº 01, de 17 de março de 2016,

### DECRETA

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 1º** - Este Decreto institui normas regulamentares para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, consignadas no Orçamento Municipal e em observância aos dispositivos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e deste Decreto.

§ 1º - Para fins deste Decreto consideram-se as seguintes naturezas de concessão:

**I - Subvenções Sociais:** transferências de recursos destinados a atender despesas com ações a serem desenvolvidas por instituições privadas de caráter social, assistencial ou educacional, sem finalidade lucrativa, de acordo com os artigos 16, parágrafo único, e 17 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, observado o disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 - LRF;

**II - Contribuições:** transferências de recursos com a finalidade de atender despesas correntes as quais não correspondam diretamente em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pela entidade, bem como as destinadas a atender as despesas de manutenção de entidades de direito privado de caráter comunitário, cultural, esportivo, saúde pública ou de classe e outros, sem finalidades econômicas e/ou lucrativas, observado, respectivamente, o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF; e

**III - Auxílios:** cobertura de despesas de capital, destinadas a atender investimentos ou inversões financeiras de entidades privadas sem fins lucrativos, de caráter comunitário, cultural, esportivo ou de classe e outros, observado, respectivamente, o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - LRF;

§ 2º - Para fins deste Decreto considera-se:

**I - Organização da Sociedade Civil:** entidade privada sem fins lucrativos (inclusive filantrópicas) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

**II - Unidade Gestora:** órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, que representa o Município na celebração da parceria atinente à sua área institucional de atuação, a cujo titular o Chefe do Poder Executivo tenha delegado competência para tanto, correndo a despesa inerente à conta dos respectivos créditos orçamentários;

**III - Parceria:** conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto

expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

**IV - Administrador Público:** agente público revestido de competência para assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros; e

**V - Gestor:** agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

#### CAPÍTULO II DAS MODALIDADES DE PARCERIA

**Artigo 2º** - Termo de Colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.

**Artigo 3º** - Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

**Artigo 4º** - Acordo de Cooperação é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

**Parágrafo Único** - Poderão existir parcerias conjuntas de Termo de Fomento e Acordo de Cooperação.

#### CAPÍTULO III

##### DOS PROCEDIMENTOS PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO

**Artigo 5º** - A celebração de parcerias entre o Município e as organizações da sociedade civil será realizada por chamamento público, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa previstas pela Lei Federal 13.019/2014, tendo como objetivo selecionar organizações que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

**Parágrafo Único** - A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, não afastam a aplicação da Lei Federal 13.019/2014.

**Artigo 6º** - O procedimento para celebração de parceria será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado pela Unidade Gestora responsável.

**Artigo 7º** - O edital do chamamento público deverá ser publicado no Diário Oficial utilizado habitualmente pelo Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data final para entrega da documentação, contendo as seguintes exigências:

**I** - A programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;

**II** - O objeto da parceria;

**III** - As datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;

**IV** - As datas e os critérios de seleção e julgamento das propostas, inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

**V** - O valor previsto para a realização do objeto;

**VI** - As condições para interposição de recursos administrativos;

**VII** - A minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria; e

**VIII** - De acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

**Artigo 8º** - É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos:

**I** - A seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes sediados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria; e

**II** - o estabelecimento de cláusula que delimite o território ou a abrangência da prestação de atividades ou da execução de projetos, conforme estabelecido nas políticas setoriais.

**Artigo 9º** - Poderá ser dispensável a realização do chamamento público:

**I** - No caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;

**II** - Nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

**III** - Quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas

ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança; e  
**IV** - No caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

**Artigo 10** - O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

**I** - Na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica;

**II** - O objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos; e

**III** - A parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do artigo 12 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Artigo 11** - Nas hipóteses dos artigos 9º e 10 deste Decreto, a ausência de realização do chamamento público será detalhadamente justificada pelo administrador público.

**§ 1º** - Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria prevista nesta Lei, o extrato da justificativa previsto no caput deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

**§ 2º** - Admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até cinco dias da data do respectivo protocolo.

**§ 3º** - Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

**§ 4º** - A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, não afastam a aplicação dos demais dispositivos deste Decreto.

**Artigo 12** - O termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública municipal.

#### **CAPÍTULO IV DA ATUAÇÃO EM REDE**

**Artigo 13** - Desde que previsto em edital, será permitida a atuação em rede por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que a organização da sociedade civil signatária do termo de fomento ou de colaboração possua:

**I** - Mais de 05 (cinco) anos de inscrição no CNPJ; e

**II** - Capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede.

**Artigo 14** - A organização da sociedade civil que assinar o termo de colaboração ou de fomento deverá celebrar termo de atuação em rede para repasse de recursos às não celebrantes, ficando obrigada a, no ato da respectiva formalização:

**I** - Verificar, nos termos do regulamento, a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do termo de colaboração ou do termo de fomento, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas; e

**II** - Comunicar à administração pública em até 60 (sessenta) dias a assinatura do termo de atuação em rede.

#### **CAPÍTULO V DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

**Artigo 15** - Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas à Unidade gestora diretamente vinculada com a área de atuação do projeto pretendido, para que esta avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria, devendo conter:

**I** - Identificação do subscritor da proposta;

**II** - Indicação do interesse público envolvido; e

**III** - Diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

**Artigo 16** - Preenchidos os requisitos, a Unidade gestora deverá tornar pública a proposta no Diário Oficial do Município e, verificada a conveniência e oportunidade para realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, o instaurará para oitiva da sociedade

sobre o tema.

**§ 1º** - A realização deste procedimento não implicará necessariamente na execução do projeto proposto, que acontecerá de acordo com os interesses da administração pública.

**§ 2º** - A Manifestação de Interesse social não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

**§ 3º** - A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente.

#### **CAPÍTULO VI DAS VEDAÇÕES**

**Artigo 17** - Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste Decreto a organização da sociedade civil que:

**I** - Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

**II** - Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

**III** - Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

**IV** - Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição; e

c) A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo.

**V** - Tenha a ser punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos; e

d) Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada na alínea "c" do inciso V, deste artigo;

**VI** - Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 08 (oito) anos; e

**VII** - Tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos oito anos;

b) Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em Comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; e

c) Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992.

**VIII** - Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada à transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

**IX** - Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

**X** - Não serão considerados débitos, os que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

**XI** - A vedação prevista no inciso III, do artigo 17 deste Decreto, não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

**XII** - Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

**Artigo 18** - É vedada a celebração de parcerias previstas nesta Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

**Artigo 19** - Não será firmado termo de colaboração ou termo de fomento com as entidades inadimplentes com suas prestações de contas ou que aplicarem os recursos em desacordo com a legislação em vigor, tenha dado causa à perda, extravio, dano ou prejuízo ao erário, que tenha praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos relacionados à aplicação de recursos públicos, ou dentro do prazo fixado no § 6º do artigo 57 e § 7º do artigo 58 deste Decreto, tenha deixado de atender a notificação do órgão de controle interno, para regularizar a prestação de contas.

#### **CAPÍTULO VII DO PLANO DE TRABALHO**

**Artigo 20** - O plano de trabalho deverá ser apresentado de acordo com este Decreto e constar as seguintes obrigações:

**I** - Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

**II** - Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

**III** - Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

**IV** - Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas; e

**V** - Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

**Artigo 21** - A unidade gestora poderá autorizar, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, o remanejamento de recursos do plano de trabalho, inclusive para acréscimo de novos elementos de despesa, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original, quando for o caso, observadas às seguintes condições:

**I** - Os recursos sejam utilizados para a consecução do objeto pactuado; e

**II** - Não seja alterado o valor total do termo de colaboração ou do termo de fomento.

**Parágrafo Único** - A unidade gestora deverá autorizar ou não o remanejamento de recursos do plano de trabalho, no prazo de até 15 (quinze) dias.

**Artigo 22** - Além da hipótese prevista no artigo 21 deste Decreto, o plano de trabalho poderá ter suas metas, etapas e valores ajustados, após solicitação formalizada e fundamentada da organização da sociedade civil, pelo motivo por ela identificado na execução ou pela Unidade gestora durante as ações de monitoramento e avaliação da parceria, desde que não haja alteração de seu objeto principal, nas seguintes situações:

**I** - Quando necessário ao aperfeiçoamento da execução e à melhor consecução do objeto pactuado ou para utilização do saldo remanescente, por simples apostilamento; ou,

**II** - Na ocorrência de ampliação dos recursos da parceria oriundos de aplicações financeiras ou suplementações orçamentárias, que não poderá ser superior ao valor já repassado, mediante celebração de termo aditivo.

a) a Unidade gestora deverá autorizar ou não a alteração do plano de trabalho, no prazo de até 15 (quinze) dias.

b) O prazo de que trato a alínea "a" não será prorrogado, salvo houver a necessidade de esclarecimentos ou diligências.

#### **CAPÍTULO VIII**

##### **DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA PARTICIPAR DO CHAMAMENTO PÚBLICO**

**Artigo 23** - Serão consideradas aptas, as organizações da sociedade civil que apresentarem a documentação abaixo elencada, isenta de vícios de qualquer natureza e que não tenham pendências de qualquer espécie para com o Município de Primavera do Leste:

**I** - Ofício dirigido ao Administrador Público responsável pela unidade gestora, solicitando o Termo de Colaboração ou Termo de Fomento com a devida justificativa do pedido;

**II** - Preenchimento do formulário "Dados Cadastrais" disponibilizado pela Secretaria Municipal afim;

**III** - Cópia do cartão do CNPJ atualizado, possuindo à organização da sociedade civil, no mínimo, um ano de existência, comprovando cadastro ativo;

**IV** - Certidão Negativa de Débito Tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; Certidão quanto à Dívida Ativa da União conjunta; Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço - FGTS e Certidão de Débito Trabalhista;

**V** - Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

**VI** - Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

**VII** - Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com comprovante de residência, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal - SRF de cada um deles;

**VIII** - Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;

**IX** - Cópia das normas de organização interna (estatuto ou regimento interno) que prevejam expressamente:

a) Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

b) A previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

**X** - Apresentar escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade;

**XI** - Comprovar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

**XII** - Possuir instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

**XIII** - Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto na alínea "a", inciso X, do artigo 23 deste Decreto;

**XIV** - Apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;

**XV** - Declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

**XVI** - Declaração que não emprega menor, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

**XVII** - Declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas neste Decreto; e

**XVIII** - Plano de trabalho.

**Artigo 24** - A experiência prévia solicitada no inciso XI, do artigo 23, poderá ser comprovada por meio dos seguintes documentos:

**I** - Instrumento de parceria firmado com órgãos e entidades da administração pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

**II** - Relatório de atividades desenvolvidas;

**III** - Notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas;

**IV** - Publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

**V** - Currículo de profissional ou equipe responsável;

**VI** - Declarações de experiência prévia emitidas por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;

**VII** - Prêmios locais ou internacionais recebidos; e

**VIII** - Atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades.

#### **CAPÍTULO IX**

##### **DA COMISSÃO DE SELEÇÃO**

**Artigo 25** - A Comissão de seleção indicada pela unidade gestora será nomeada por portaria, através da Secretaria Municipal de Administração, sendo composta por 03 (três) membros, que deverá emitir relatório técnico com base na análise das propostas apresentadas no plano de trabalho e na documentação apresentada pela organização da sociedade civil.

§ 1º - A comissão será composta por no mínimo 01 (um) membro que seja servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município, 01 (um) vinculado ao Setor de Convênios e Parcerias e 01 (um) membro da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 2º - A Comissão não será remunerada.

§ 3º - Na portaria de nomeação estará previsto quais membros serão, o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção, responsáveis por conduzir os trabalhos;

§ 4º - Serão impedidas de participar das comissões servidores que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenham mantido relação com qualquer entidades participantes do chamamento público.

§ 5º - Configurado o impedimento previsto no § 4º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

### CAPÍTULO X

#### DA SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**Artigo 26** - A seleção consistirá em duas etapas, na seguinte ordem:

**I** - Julgamento das propostas apresentadas no plano de trabalho com preenchimento de atas contendo no mínimo as datas e os critérios objetivos de seleção, bem como, a metodologia de pontuação e o peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;

**II** - Abertura do envelope com os documentos da organização selecionada, com o objetivo de verificar se a mesma atendeu as exigências documentais elencadas no artigo 23, deste Decreto.

**III** - Quando as instalações forem necessárias para a realização do objeto pactuado, as condições físicas e materiais da entidade devem ser validadas pela Comissão de seleção através de visita **in loco**.

**IV** - Encerrada as etapas dos incisos I e II, deste artigo, será lavrada a ata contendo, no mínimo, a pontuação, se for o caso, e a classificação das propostas, a indicação da proposta vencedora e demais assuntos que entender necessários;

**V** - A Unidade gestora homologará e divulgará o resultado do julgamento em sua plataforma eletrônica, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste ([www.primaveradoleste.mt.gov.br](http://www.primaveradoleste.mt.gov.br)).

**VI** - Na hipótese de a organização selecionada não atender aos requisitos exigidos, aquela imediatamente mais bem classificada será convidada a aceitar a celebração de parceria nos mesmos termos ofertados para a concorrente desclassificada;

**VII** - Caso a organização convidada nos termos do inciso VI deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos.

**VIII** - O procedimento dos incisos VI e VII deste artigo, serão seguidos sucessivamente até que se conclua a seleção prevista no edital.

**IX** - Caso a Comissão entenda haver necessidade, por motivo de força maior, a sessão poderá ser suspensa e, de imediato, nova data e hora será marcada, devendo ser lavrada ata justificando a necessidade da suspensão, dispensando, portanto, a obrigatoriedade contida no Inciso IV deste artigo.

**Artigo 27** - O julgamento da proposta deverá apresentar:

**I** - Demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional das organizações da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

**II** - Aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos deste Decreto; e

**III** - Emissão de relatório técnico da Comissão de seleção, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

- Do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista;
- Da viabilidade de sua execução;
- Da verificação do cronograma de desembolso; e
- Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

**Artigo 28** - A Procuradoria Municipal e/ou Assessoria Jurídica Municipal obrigatoriamente deverá emitir parecer acerca do plano de trabalho e da documentação, com observância das normas deste Decreto e da legislação específica, aprovando ou não a assinatura do termo de colaboração ou termo de fomento.

**Artigo 29** - Caso o relatório técnico emitido pela Comissão de seleção ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o responsável pela unidade gestora sanar os aspectos ressaltados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

**Artigo 30** - O resultado do julgamento deverá ser homologado pelo Secretário Municipal responsável da Secretaria Municipal beneficiada e deverá ser divulgado no Diário Oficial do Município.

### CAPÍTULO XI

#### DOS PROCEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO

**Artigo 31** - Para formalização das parcerias, as organizações da sociedade civil deverão apresentar os seguintes documentos:

**I** - Comprovação de abertura ou de existência de conta corrente com a finalidade específica para movimentação dos recursos públicos em nome da organização da sociedade civil; e

**II** - Declaração assinada pelo Presidente atual da entidade responsabilizando-se pelo recebimento, aplicação e prestação de contas dos recursos que receber à conta da Parceria, bem como os da devida contrapartida.

**Artigo 32** - As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de

termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais:

**I** - A descrição do objeto pactuado;

**II** - As obrigações das partes;

**III** - Quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

**IV** - A contrapartida, quando for o caso, observando o § 1º do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

**V** - A vigência e as hipóteses de prorrogação;

**VI** - A obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

**VII** - A forma de monitoramento e avaliação;

**VIII** - A obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos neste Decreto;

**IX** - A designação de um gestor representante da unidade gestora para efetuar o acompanhamento e fiscalização do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação;

**X** - A definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;

**XI** - A prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

**XII** - A obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica;

**XIII** - O livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

**XIV** - A faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

**XV** - A indicação do foro de Primavera do Leste para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução.

### CAPÍTULO XII

#### DAS PRORROGAÇÕES

**Artigo 33** - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo, que deve ser solicitada pela organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na unidade gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

### CAPÍTULO XIII

#### DA NÃO LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

**Artigo 34** - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas, em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

**I** - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação da parcela anteriormente recebida;

**II** - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, ou por inadimplemento da organização da sociedade civil em relação às obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento; e,

**III** - Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

**Artigo 35** - Será designado um Gestor que deverá ser agente público da área vinculada ao termo de colaboração ou ao termo de fomento, responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, devendo este:

**I** - Acompanhar e fiscalizar sua execução;

**II** - Comunicar ao superior hierárquico a existência de indícios de irregularidades;

**III** - Emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais e final, de acordo com o relatório técnico emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação, quando houver, que avalie quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, sendo este parecer parte integrante da prestação de contas devendo obrigatoriamente mencionar:

a) Os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) Os impactos econômicos ou sociais;

c) O grau de satisfação do público-alvo; e,

d) A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

**IV** - Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor que possua qualificação técnica equivalente à do substituído, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações

do anterior, com as respectivas responsabilidades;

**V** - Será impedido de participar como gestor da parceria pessoa que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com qualquer uma das organizações da sociedade civil partícipes.

#### CAPÍTULO XV

##### DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

**Artigo 36** - Nos casos de chamamento público a unidade gestora deverá constituir Comissão de Monitoramento e Avaliação, nomeada por Portaria, através da Secretaria Municipal de Administração, sendo composta por 03 (três) membros, que deverão monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil.

§ 1º - A comissão será composta por no mínimo 01 (um) membro que seja servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município, 01 (um) vinculado ao Setor de Convênios e Parcerias e 01 (um) membro da área vinculada ao desenvolvimento do projeto.

§ 2º - A Comissão não será remunerada.

§ 3º - Na portaria de nomeação estará previsto quais membros serão, o Presidente e o Secretário da Comissão de Seleção, responsáveis por conduzir os trabalhos;

§ 4º - Será impedido de participar como gestor da parceria pessoa que, nos últimos 05 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com qualquer uma das organizações da sociedade civil participantes do chamamento público.

§ 5º - Configurado o impedimento previsto no § 4º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

§ 6º - A Administração Pública Municipal poderá instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação nos casos de inexigibilidade ou dispensa do chamamento público quando julgar conveniente.

**Artigo 37** - Deverá à Comissão de Monitoramento e Avaliação:

**I** - Analisar e fiscalizar o andamento das parcerias; e

**II** - Emitir relatório técnico contendo:

- a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelas organizações da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou termo de fomento;
- e) Análise dos documentos comprobatórios referente às visitas **in loco** realizado por esta Comissão; e
- f) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

**Artigo 38** - Os procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas devem ser efetuados preferencialmente antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas **in loco**, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto.

**Parágrafo Único** - Nas parcerias, a Comissão de monitoramento e avaliação realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários da parceria e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

**Artigo 39** - Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos das áreas correspondentes de atuação existentes.

**Parágrafo Único** - As parcerias de que trata este Decreto estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

#### CAPÍTULO XVI

##### DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

**Artigo 40** - A liberação de recursos obedecerá aos limites das possibilidades financeiras, consignadas no Orçamento do Município e guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento.

§ 1º - Os recursos serão depositados e geridos em conta bancária específica em instituição financeira pública federal.

§ 2º - Quando houver a previsão de liberação de mais de uma parcela de recursos, a organização da sociedade civil deverá, para o recebimento de cada parcela:

**I** - Apresentar as certidões negativas, desde que vencidas, de acordo com o inciso VI, do artigo 23 deste Decreto, considerando regulares as certidões positivas com efeito de negativas;

**II** - Estar adimplente em relação à prestação de contas; e

**III** - Estar em situação regular com a execução do plano de trabalho.

#### CAPÍTULO XVII

##### DA VEDAÇÃO DA DESPESA

**Artigo 41** - As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo vedado:

**I** - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

**II** - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

**III** - Realizar despesa em data anterior à vigência da parceria; e

**IV** - Realizar despesa em data posterior à vigência da parceria.

**Artigo 42** - É vedado o pagamento de juros, multas ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora do prazo, com recursos da parceria, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros.

**Artigo 43** - É vedado à organização da sociedade civil remunerar, com recursos da parceria, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de agente público que exerça, na administração pública municipal, cargo de natureza especial, cargo de provimento em Comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento.

#### CAPÍTULO XVIII

##### DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

**Artigo 44** - A unidade gestora manterá, em sua plataforma eletrônica, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste ([www.primaveradoleste.mt.gov.br](http://www.primaveradoleste.mt.gov.br)), a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, com as seguintes informações:

**I** - Data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da Unidade gestora responsável;

**II** - Nome da organização e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal - SRF;

**III** - Descrição do objeto da parceria;

**IV** - Valor total da parceria e valores liberados quando for o caso;

**V** - Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

**VI** - Situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; e

**VII** - A prestação de contas e todos os atos que dela decorram, permitindo a visualização por qualquer interessado.

**Artigo 45** - A administração pública deverá divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

**Artigo 46** - A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, que contenham no mínimo as informações descritas no caput do artigo 44 e seus incisos.

#### CAPÍTULO XIX

##### DA EXECUÇÃO DA DESPESA

**Artigo 47** - Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas com:

**I** - Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

**II** - Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

**III** - Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria; e

**IV** - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

§ 1º - A inadimplência da administração pública não transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

§ 2º - A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

§ 3º - O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

§ 4º - A organização da sociedade civil deverá dar ampla transparência

aos valores pagos a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação.

§ 5º - A inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública municipal a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto do termo de colaboração ou do termo de fomento ou restringir a sua execução.

#### CAPÍTULO XX

##### DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS

**Artigo 48** - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

**Parágrafo Único** - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**Artigo 49** - A organização da sociedade civil terá o prazo de 60 (sessenta) dias para utilizar o recurso financeiro, contados a partir da data da transferência bancária efetuada pela unidade gestora.

**Artigo 50** - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**Artigo 51** - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 1º - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2º - Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamentos em espécie.

**Artigo 52** - O Município somente poderá autorizar pagamento em data posterior à vigência do termo de colaboração ou termo de fomento quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência.

**Parágrafo Único** - Para efeitos do caput, fato gerador consiste na verificação do direito adquirido pelo beneficiário, fornecedor ou prestador de serviço, com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito.

#### CAPÍTULO XXI

##### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

**Artigo 53** - A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático das parcerias com organizações da sociedade civil, dividida em duas partes, para demonstração de resultados, que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos.

**Parágrafo Único** - As fases de apresentação das contas pelas organizações da sociedade civil e de análise e manifestação conclusivas das contas pela administração pública iniciam-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros.

**Artigo 54** - Transcorridos o prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento do recurso, a organização da sociedade civil está obrigada a prestar as contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, no prazo de até 10 (dez) dias.

§ 1º - O disposto no caput não impede que o instrumento de parceria estabeleça prestações de contas provisórias a título de fiscalização e acompanhamento.

§ 2º - Ocorrendo a prestação de contas de forma provisória, conforme previsto no parágrafo 1º deste artigo, o saldo remanescente será parte integrante da próxima prestação de contas.

**Artigo 55** - O processo de prestação de contas deverá conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos documentos elencados abaixo.

§ 1º - Responsabilidade da organização da sociedade civil:

**I** - Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como lista de presença, fotografias, vídeos ou outros suportes, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado, composto dos seguintes documentos:

- a) Capa;
- b) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da unidade gestora, assinado pelo presidente da organização da sociedade civil;

c) Plano de Trabalho e aplicação dos recursos recebidos; e  
d) Declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados.

**II** - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o Contador responsável, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

a) Original do extrato bancário da conta específica mantida pela organização da sociedade civil beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;

b) Cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas;

c) Comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à unidade gestora;

d) Original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal e cupom fiscal) com os devidos termos de aceite; e

e) Comprovante do recolhimento do DAM - Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.

§ 2º - Responsabilidade da Administração Pública:

**I** - Relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação, exceto nos casos de inexistência e dispensa do chamamento público; e

**II** - Parecer Técnico emitido pelo gestor do termo de colaboração ou do termo de fomento.

§ 3º - A administração pública deverá considerar ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

**I** - Relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;

**II** - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

**Artigo 56** - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º - Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§ 3º - A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

§ 4º - A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.

**Artigo 57** - As prestações de contas para os casos de chamamento público serão analisadas, quanto à sua regularidade, em função dos documentos dela integrantes:

§ 1º - Após o recebimento pelo setor de prestação de contas, o processo deve ser encaminhado via protocolo à Comissão de Monitoramento e Avaliação, para a análise no prazo máximo de 10 (dez) dias, devendo emitir relatório técnico e podendo solicitar diligências, que deverão durar por no máximo 10 (dez) dias, encaminhando posteriormente ao gestor;

§ 2º - O gestor, após apreciação dos relatórios citados no art. 55, deste Decreto, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para encaminhar a prestação de contas com seu parecer técnico ao Órgão de Controle Interno ou a Comissão de Análise de Prestação de Contas da unidade gestora, podendo solicitar novas diligências, com prazo máximo de 10 (dez) dias para a sua realização.

§ 3º - Compete ao Secretário de Fazenda, aos Conselhos ou afins, analisar as prestações de contas, emitindo parecer de admissibilidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, podendo abrir diligência se necessário, quanto à consistência da documentação apresentada, à legalidade, à regularidade contábil e à legitimidade da aplicação dos recursos e sua consonância com o Plano de Trabalho e, havendo aprovação, encaminhará ao responsável pela Unidade gestora, que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para deferimento ou indeferimento da baixa contábil, tendo como base os pareceres técnicos, sendo permitida delegação a autoridade diretamente subordinada, vedada a subdelegação.

§ 4º - Constatadas possíveis improbidades na prestação de contas, ou verificadas em diligências, o Secretário de Fazenda, os Conselhos ou afins encaminharão o processo ao Gestor, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para as devidas providências.

§ 5º - Em caso de permanência das irregularidades o processo deverá ser encaminhado à Controladoria do Município.

§ 6º - A organização da sociedade civil terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogável no máximo por igual período, para a correção da prestação de contas, não conseguindo saná-las tornar-se-á inadimplente e deverá devolver os recursos, parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise.

§ 7º - Em caso de devolução dos recursos ou saneamento da prestação de contas por parte da organização da sociedade civil, à Controladoria do Município contábil e arquivamento do processo.

**Artigo 58** - As prestações de contas para os casos de inexigibilidade e dispensa serão analisadas, quanto à sua regularidade, em função dos documentos dela integrantes.

§ 1º - Após o recebimento pelo setor de prestação de contas, o processo deve ser encaminhado via protocolo ao Gestor.

§ 2º - O Gestor, após apreciação dos relatórios citados no artigo 55, deste Decreto, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para encaminhar a prestação de contas com seu parecer técnico ao Órgão de Controle Interno ou à Comissão de Análise de Prestação de Contas da unidade gestora, podendo solicitar novas diligências, com prazo máximo de 10 (dez) dias para a sua realização.

§ 3º - Compete ao Secretário de Fazenda, aos Conselhos ou afins, analisar as prestações de contas conforme o artigo 55, deste Decreto, emitindo parecer de admissibilidade no prazo máximo de 15 (quinze) dias, podendo abrir diligência se necessário.

§ 4º - O processo será analisado quanto à consistência da documentação apresentada, à legalidade, à regularidade contábil e à legitimidade da aplicação dos recursos e sua consonância com o Plano de Trabalho, e, havendo aprovação, encaminhará ao responsável pela Unidade gestora, que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para deferimento ou indeferimento da baixa contábil, tendo como base os pareceres técnicos, sendo permitida delegação a autoridade diretamente subordinada, vedada a subdelegação.

§ 5º - Constatadas possíveis improbidades na prestação de contas, ou verificadas em diligências, o Secretário de Fazenda, os Conselhos ou afins encaminharão o processo ao Gestor, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para as devidas providências.

§ 6º - Em caso de permanência das irregularidades o processo deverá ser encaminhado ao Órgão de Controle Interno do Município.

§ 7º - A organização da sociedade civil terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogável no máximo por igual período para a correção da prestação de contas, não conseguindo saná-las a organização da sociedade civil torna-se inadimplente e deverá devolver os recursos parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise;

§ 8º - Em caso de devolução dos recursos ou saneamento da prestação de contas por parte da organização da sociedade civil, o Órgão de Controle Interno do Município certificará e encaminhará ao responsável pela unidade gestora para baixa contábil e arquivamento do processo.

§ 9º - Nos casos de constituição de Comissão de Monitoramento e Avaliação previsto no § 6º, do artigo 36, deste Decreto, a prestação de contas deverá seguir as regras estabelecidas no artigo 57, deste Decreto.

**Artigo 59** - As prestações de contas serão avaliadas:

**I** - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho;

**II** - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte em dano ao erário; e

**III** - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- a) Omissão no dever de prestar contas;
- b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; e
- d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

**Artigo 60** - Vencido o prazo legal e não sendo prestadas as contas devidas, ou não sendo aprovadas, sob pena de responsabilidade solidária, a unidade gestora determinará a suspensão imediata da liberação de novos recursos e notificará a organização da sociedade civil em até 30 (trinta) dias, para que cumpra a obrigação ou recolha ao erário os recursos que lhe foram repassados, corrigidos monetariamente, na forma da legislação vigente.

**Parágrafo Único** - Não havendo saneamento das irregularidades ou omissões, o processo deverá ser encaminhado ao Órgão de Controle Interno do Município para as devidas providências.

**Artigo 61** - O Órgão de Controle Interno do Município, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do recebimento do processo, notificará a entidade para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - Rejeitada a prestação de contas e não efetuado a devolução dos

recursos públicos será formalizada ao Chefe do Poder Executivo Municipal a instauração de Tomada de Contas Especial.

§ 2º - Instaurada a Tomada de Contas Especial, o Órgão de Controle Interno do Município informará o fato ao Tribunal de Contas.

§ 3º - Se no transcurso das providências determinadas no § 1º deste artigo a entidade devolver os recursos ou sanar as contas, o Órgão de Controle Interno do Município certificará e as encaminhará para baixa contábil e arquivamento do processo, comunicando o fato ao órgão concedente.

§ 4º - Enquanto não for encerrada a Tomada de Conta Especial, a organização da sociedade civil envolvida ficará impedida de receber recursos públicos do Município.

**Artigo 62** - Será permitido o livre acesso dos servidores da unidade gestora, do Órgão de Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados por este Decreto, bem como aos locais de execução do objeto.

**Artigo 63** - A organização da sociedade civil deverá manter em seu arquivo os documentos que compõem a prestação de contas pelo prazo de 10 (dez) anos.

**Artigo 64** - O responsável pela Unidade gestora responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

## CAPÍTULO XXII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 65** - A concessão do termo de colaboração ou do termo de fomento em desacordo com o presente Decreto, bem como o descumprimento dos prazos e providências nele determinados, sujeita à unidade gestora e a organização da sociedade civil recebedora do recurso público, às penalidades previstas na legislação em vigor, e a devolução dos valores irregularmente liberados.

**Artigo 66** - Em caso de divergência ou omissão deste Decreto com a Lei Federal nº 13.019/2014, aplica-se a Lei Federal.

**Parágrafo único** - Nas omissões deste Decreto, poderá a administração servir-se do Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016 de forma complementar.

**Artigo 67** - Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, às relações da administração pública com entidades qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público, de que trata a Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, regidas por termos de parceria.

**Artigo 68** - As organizações da sociedade civil suspensas ou declaradas inidôneas em razão da rejeição da prestação de contas de parceria da qual é celebrante, ficarão pendentes na Contabilidade do Município e afins enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida reabilitação, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

**Artigo 69** - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da legislação específica, a unidade gestora, garantida a prévia defesa, aplicará à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções.

§ 1º - Advertência;

§ 2º - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de colaboração ou termos de fomento e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

§ 3º - Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de colaboração ou termos de fomento e contratos com órgãos e entidades, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no parágrafo segundo deste artigo:

**I** - A sanção estabelecida no parágrafo terceiro do caput deste Artigo é de competência do responsável pela unidade gestora, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

**II** - Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

**III** - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

**Artigo 70** - Aplicam-se, no que couber, a Lei Federal nº 13.019, de 2014, o artigo 70, da Constituição Federal, de 1988, como também os atos normativos dos Tribunais de Contas.

**Artigo 71** - Os recursos transferidos através do termo de colaboração e

do termo de fomento, quando a sua dotação orçamentária tiver origem vinculada a fundo constituído, a fiscalização também deve ser exercida pelo respectivo fundo e pelo respectivo Conselho.

**Artigo 72** - A Secretaria Municipal de Administração expedirá Instrução Normativa com os Modelos dos Formulários e demais Requerimentos.

**Artigo 73** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Artigo 74** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Em 16 de janeiro de 2017.

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**  
PREFEITO MUNICIPAL

MMD.

## PORTARIAS

**PORTARIA Nº 078/17**

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**, PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E**

Designar o Senhor **EDUARDO STEFANO MAZZUTTI**, para exercer a função de **Assistente Jurídico**, desta Prefeitura, recebendo a remuneração constante dos Anexos III, IV e V da Lei Municipal nº 813 de 19 de dezembro de 2003, e suas alterações.

Registre-se e Publique-se, com efeito retroativo a 09 de janeiro de 2017.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Em 12 de janeiro de 2017.

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**  
PREFEITO MUNICIPAL

MMD.

REPUBLICADA POR TER SAÍDO INCORRETA NO DIOPRIMA 1008.

**PORTARIA Nº 119/17**

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**, PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E**

Designar o Senhor **JOSÉ ATAÍDES NUNES**, para exercer a função de **Coordenador de Esportes**, desta Prefeitura, recebendo a remuneração constante dos Anexos III, IV e V da Lei Municipal nº 813 de 19 de dezembro de 2003, e suas alterações.

Registre-se e Publique-se, com efeito retroativo a 02 de janeiro de 2017.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Em 13 de janeiro de 2017.

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**  
PREFEITO MUNICIPAL

MMD.

**PORTARIA Nº 120/17**

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**, PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com os incisos XI do artigo 68 e II do artigo 102 da Lei Orgânica Municipal e Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e demais normas aplicáveis ao ingresso de Servidores Públicos na Administração Municipal,

**RESOLVE**

**REVOGAR** a Portaria nº 035/17 de 04 de janeiro de 2017 e todos os seus efeitos legais, não prevalecendo quaisquer direitos da referida Portaria.

O efeito da anulação da Portaria nº 035/17, conta-se desde 04 de janeiro de 2017.

Registre-se e Publique-se, com efeito retroativo a 04 de janeiro de 2017.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Em 13 de janeiro de 2017.

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**  
PREFEITO MUNICIPAL

MMD.

**PORTARIA Nº 121/17**

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**, PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E**

Nomear o Senhor **JONALDO TEIXEIRA SANTOS**, Professor Pedagogo, para a função de **Coordenador Interino do Polo UAB de Primavera do Leste-MT**.

Registre-se e Publique-se, com efeito retroativo a 09 de janeiro de 2017.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Em 13 de janeiro de 2017.

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**  
PREFEITO MUNICIPAL

MMD.

**PORTARIA Nº 122/17**

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**, PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E**

Designar a Senhora **ANALZIRA OLIVEIRA CAMPOS NETA**, para exercer a função de **Chefe de Seção de Processamento de Dados**, desta Prefeitura, recebendo a remuneração constante dos Anexos III, IV e V da Lei Municipal nº 813 de 19 de dezembro de 2003, e suas alterações.

Registre-se e Publique-se, com efeito retroativo a 02 de janeiro de 2017.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Em 13 de janeiro de 2017.

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**  
PREFEITO MUNICIPAL

MMD.

**PORTARIA Nº 123/17**

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**, PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e o Decreto Municipal nº 1.629 de 16 de janeiro de 2017, designa os funcionários abaixo nomeados para, sob a presidência do primeiro, integrarem, pelo prazo de um (01) ano a contar da publicação deste ato, a **Comissão de Seleção para Processo de Chamamento Público**, desta Prefeitura, nas modalidades de Termos de Colaboração, Termos de Fomento e Acordos de Cooperação.

**RESOLVE**

**Artigo 1º** - A **Comissão de Seleção para Processo de Chamamento Público**, desta Prefeitura, nas modalidades de Termos de Colaboração, Termos de Fomento e Acordos de Cooperação, fica assim designada:

**I** - Nos Processos da Secretaria de Cultura, Turismo Lazer e Juventude, os Senhores: **RENAN CESAR MARCOLINO NUNES**, **JOSÉ RICARDO ALVES DE OLIVEIRA** e **TIAGO ALEXANDRO STRASSBURGER**.

**II** - Nos Processos da Secretaria de Educação e Esportes, os Senhores: **RENAN CESAR MARCOLINO NUNES**, **JOSÉ RICARDO ALVES DE OLIVEIRA** e **JOÃO DOS SANTOS MARQUES**.

**III** - Nos Processos da Secretaria de Assistência Social, os Senhores: **RENAN CESAR MARCOLINO NUNES**, **JOSÉ RICARDO ALVES DE OLIVEIRA** e **JEAN PATRICK PEREIRA DA SILVA**.

**Artigo 2º** - O mandato dos membros da Comissão de Seleção para Processo de Chamamento Público, será de 01 (um) ano, podendo o representante eleito ser reconduzido pelo menos uma vez.

Registre-se e Publique-se

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Em 16 de janeiro de 2017.

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**  
PREFEITO MUNICIPAL

MMD.

**PORTARIA Nº 124/17**

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**, PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

**R E S O L V E**

A pedido da **Comissão de Inquérito Administrativo**, nomeada pela Portaria nº 004/16 de 13 de janeiro de 2016, fica prorrogado de acordo com o artigo 160, § 7º e artigo 172, todos da Lei Municipal nº 679 de 25 de setembro de 2001, o prazo para a apresentação do relatório do Processo Administrativo Disciplinar designado pela Portaria nº 482/15 de 03 de junho de 2015, Processo Administrativo Disciplinar nº 021/15, por mais 90 (noventa) dias a contar de 12 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se, com efeito retroativo a 12 de dezembro de 2016.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Em 16 de janeiro de 2017.

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**  
PREFEITO MUNICIPAL

MMD.

**PORTARIA Nº 125/17**

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**, PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.662 de 13 de dezembro de 2016, designa os funcionários abaixo nomeados para, integrarem a **Comissão de Eleitoral**, com a responsabilidade de organizar e executar eleições gerais para o cargo de Diretor Executivo do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PRIMAVERA DO LESTE - IMPREV,

**RESOLVE**

**Artigo 1º** - Nomear os membros da Comissão Eleitoral, com a responsabilidade de organizar e executar eleições gerais para o cargo de Diretor Executivo do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PRIMAVERA DO LESTE - IMPREV, conforme composição abaixo:

- a) **MAÍSA MACEDO DYSARSZ** - Representante do Poder Executivo Municipal
- b) **EDVANE EVANGELISTA DIAS** - Representante do Poder Executivo Municipal
- c) **MAURO REGES DOS SANTOS** - Representante do Poder Legislativo Municipal
- d) **MURILO DA COSTA RAMOS** - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
- e) **ISRAEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA** - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

**Artigo 2º** - O Presidente e Secretário serão escolhidos entre os membros.

**Artigo 3º** - As competências, funcionamento, impedimentos e demais disposições da Comissão Eleitoral serão tratados e definidos no Edital que abrir o Processo Eleitoral e respeitadas as disposições da Lei Municipal nº 1.662 de 13 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Em 16 de janeiro de 2017.

**LEONARDO TADEU BORTOLIN**  
PREFEITO MUNICIPAL

MMD.



**UFMT ABRE**  
**VAGAS PARA**  
**CURSOS À**  
**DISTANCIA EM**  
**PRIMAVERA**



**DEIXE SEU ELOGIO,**  
**SUA SUGESTÃO, SUA**  
**RECLAMAÇÃO, FAÇA**  
**DENÚNCIAS, SOLICITE**  
**INFORMAÇÕES E AJUDE**  
**A MELHORAR AINDA**  
**MAIS OS SERVIÇOS**  
**PÚBLICOS.**

**0800-647-5088**

**E-MAIL: OUIDORIA@PVA.MT.GOV.BR**

**SECRETARIA DE**  
**EDUCAÇÃO E**  
**ESPORTE**

**ENDEREÇO: RUA CURITIBA, 414**  
**- CENTRO - TEL. 3498-2580 /**  
**FAX: 3498-7723 - HORÁRIO DE**  
**ATENDIMENTO: DAS 7H ÀS 11H**  
**E DAS 13H ÀS 17H**

**SECRETARIA DE**  
**CULTURA, LAZER,**  
**TURISMO E**  
**JUVENTUDE**

**RUA CURITIBA, 414 - CENTRO**  
**TELEFONES: (66)3498-4771, 3498-**  
**8062**

**HORÁRIO DE ATENDIMENTO:**  
**DAS 7H ÀS 11H E DAS 13H ÀS 17H**

EXPEDIENTE

**Diário Oficial**

DIOPRIMA - Diário Oficial de Primavera do Leste-MT - Lei nº 946 de 21 de setembro de 2006

PRODUZIDO PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DE PRIMAVERA DO LESTE - MT

dioprima@pva.mt.gov.br